

A LUTA DO NEGRO BRASILEIRO POR JUSTIÇA E INCLUSÃO E OS DESAFIOS INTERPRETATIVOS DAS TEORIAS SOCIAIS

Alessandro Theodoro Cassoli*

1 INTRODUÇÃO

Terminada a escravidão brasileira, a população negra colocou-se diante do desafio de buscar a sua integração na nascente sociedade que começava a se modernizar. O tradicional sistema de *castas* dava lugar a uma sociedade de *classe* com traços bem peculiares, porém sem espaço previamente preparado para absorver a massa dos ex-escravos que até então tocavam 'no braço' a rudimentar produção agrícola colonial. Com a abolição formal da escravatura em 1888, os negros que não continuaram nas fazendas de seus antigos senhores – servindo agora a soldo, na condição de *libertos* – foram obrigados a cuidarem por si sós do próprio destino. A periferia das principais cidades da época foi o lugar procurado por aqueles que buscavam alguma chance de *proletarização* na rudimentar sociedade industrial que começava a tomar contorno. No entanto, naquele mesmo momento intensificava-se a imigração europeia, e como parte daqueles imigrantes já trazia consigo muitos dos valores psicossociais e socioculturais de uma sociedade bem mais modernizada do que a brasileira, chegavam com extrema vantagem perante aquela população negra e mestiça nativa, oriunda do campo. Dessa forma, o ex-escravo e as primeiras gerações de negros livres encontraram grandes obstáculos, sobretudo institucionais, para conseguir espaço na nascente sociedade liberal que começava a se configurar no país. Como destaca Ilse Scherer-Warren,

[...] enquanto imigrantes europeus tiveram terras, mercados para seus produtos, trabalho e acolhimento, nos primórdios da colonização, estendendo-se em muitos casos à contemporaneidade, negros, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima. (SCHERER-WARREN, 2010, p.23)

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina

Assim, o negro liberto constituirá – ao lado do *caboclo*, como veremos mais adiante – uma das maiores massas da população marginalizada ao longo do processo de modernização nacional, por absoluta negligência da elite dominante, composta exclusivamente por brancos. “Em larga medida, foi a questão social que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É dessa forma que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes” (IANNI, 2004, p.146).

Nesse sentido, estudar a trajetória de lutas dos primeiros movimentos sociais do povo negro, que tinha o combate ao racismo como principal bandeira, traz imediatamente à tona a questão da luta pela democracia, pois como argumenta Ianni,

É o povo que mais frequentemente coloca a questão da democracia para os diferentes setores sociais e a sociedade como um todo. [...] Os protestos, reivindicações, greves, motins e revoltas, bem como associações, movimentos sociais e partidos políticos, configuram a presença e permanência desse povo na luta pela democracia. (IANNI, 2004, p.176)

Propomos, então, começar esse estudo por uma rápida revisão das interpretações sobre o processo de modernização nacional apresentadas pelas duas principais escolas do pensamento social brasileiro: os teóricos *da herança patriarcal-patrimonial* e os teóricos *da dependência*, conforme define Tavolaro (2005). Tentaremos explorar as aproximações e distanciamentos entre os argumentos de dois expoentes de cada uma dessas escolas, como aponta o próprio comentarista: Gilberto Freyre, representando a primeira, e Florestan Fernandes, representando a segunda. Procuraremos destacar a grande disparidade interpretativa desses dois expoentes no que se refere à formação da classe proletária e pequeno-burguesa do período que Ianni (2004) chama de *época oligárquica* brasileira, período que vai da Proclamação da República, em 1889, até o golpe liderado por Vargas, em 1930.

Dentro destes estudos, destaca-se a originalidade e o pioneirismo das análises propostas por Florestan Fernandes acerca da ascensão e queda do movimento negro por volta de 1930, como veremos mais adiante. A originalidade reside na metodologia utilizada para recompor a dimensão psicossocial do movimento negro daquela época, procedendo a uma análise da dimensão identitária e simbólica do negro enquanto *raça* e *classe* baseando-se prioritariamente nas vozes negras de seus protagonistas. O pioneirismo se deve à grande

aproximação, ainda no início dos anos 1960, com a metodologia característica dos estudos pós-coloniais e da própria Teoria dos Novos Movimentos Sociais, ao priorizar os elementos identitários e culturais em torno dos quais – e só por meio deles – o movimento social aparece, como mostram os extensos estudos de Scherer-Warren (2006, 2007, 2010). Portanto, a luta do movimento negro pela consolidação da democracia durante a Primeira República será o tema com o qual encerraremos o presente estudo.

2 A QUESTÃO DA MULTICULTURALIDADE

Começamos então por uma breve reflexão sobre os desafios enfrentados pelos pensadores sociais brasileiros na tarefa de *tropicalizar*, por assim dizer, as interpretações desenvolvidas pelos pensadores da teoria social clássica – europeus, em sua maioria – acerca das relações entre homem e trabalho na modernidade. Muitos dos conceitos e categorias formulados pelos *clássicos* do pensamento social tiveram de sofrer profundas adaptações para que se encaixassem no contexto brasileiro, tamanha a incompatibilidade entre a realidade em que foram pensados e a problemática específica imposta pelas singularidades características da sociedade brasileira, dentre as quais destacam-se o caráter multiétnico de sua população e as marcas psicossociais e socioculturais produzidas ao longo de quatro séculos de escravidão negra.

Convém esclarecer tais diferenças com um pouco mais de detalhes, e para isso optamos por enquadrar a questão pelo viés antropológico, na versão formulada por Darcy Ribeiro, para o qual

[...] não é tarefa fácil definir o caráter atípico de nosso processo histórico, que não se enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos e outras sequências. Com efeito, surgindo no leito do cunhadismo¹, estruturando-se como base numa força de trabalho africana, o Brasil se configura como uma coisa diferente de quantas haja, só explicável em seus termos, historicamente. (RIBEIRO, 2010, p.226)

1 *Cunhadismo* é o termo que designa a tradição de associação indígena por meio da qual os primeiros colonizadores foram integrados aos grupos nativos através do casamento com mulheres das aldeias. Os índios viam nisso a oportunidade de incorporar em seu clã um indivíduo poderoso e com acesso a recursos tecnológicos que lhes interessavam. Por sua vez, o colonizador conseguia valer-se do trabalho de seus novos *parentes* indígenas nas tarefas exploratórias, principalmente na extração de pau-brasil (RIBEIRO, 2010, p.72-6).

Diante disso, podemos então argumentar, por exemplo, que ao deixar de computar a participação do índio na formação do povo brasileiro, Freyre teria também deixado de pensar a influência do elemento *caboclo*, fruto do encontro do branco com as índias (Ribeiro frisa a importância de se considerar a polaridade dessa relação de gênero), elemento étnico numeroso que herdara do índio a capacidade de adaptar-se àquela natureza tão estranha ao colonizador. Para Ribeiro (2010), o caboclo teria sido o agente intermediário do sistema casa-grande/senzala, responsável pelo cultivo dos gêneros de subsistência de que a colônia precisava.

Outra atualização importante promovida pelo pensamento social brasileiro refere-se ao modo singular de compreender como se deu a relação entre colonizadores e nativos em cada uma das Américas (portuguesa, inglesa e espanhola). Tanto Gilberto Freyre (2003) quanto Caio Prado Junior (2000) e Darcy Ribeiro (2010), reconhecem que a relação estabelecida entre os colonizadores portugueses e os povos nativos do Brasil foi totalmente diferente da que aconteceu entre os colonizadores britânicos e os nativos da América do Norte. Dentro das inovações interpretativas que a sociologia nacional formulou, como demonstra Souza (2000), o grande trunfo de Freyre estaria em apontar o caráter *maometano* que regeu o processo de escravidão brasileira, no sentido de facilitar a existência de uma maior proximidade, e até mesmo intimidade, entre senhor e escravo. Segundo Freyre, essa característica estaria relacionada com a herança cultural mourisca dos colonizadores portugueses. Em contrapartida, a relação do colonizador inglês com os povos nativos e escravos africanos teriam sido totalmente oposta àquela que vigorou por aqui. O tradicionalismo protestante e a própria forma de colonização “familiar” que predominou na América do Norte teriam dificultado o surgimento de formas mais íntimas de proximidade inter-racial, seja com o índio nativo, seja com o escravo africano.

Para Prado Junior (2000, p.86), “o índio foi o problema mais complexo que a colonização teve de enfrentar”. O português procurou incorporar o índio na obra colonizadora, como trabalhador e mesmo como povoador, enquanto os colonos norte-americanos jamais pensaram em incorporar o índio na sociedade que estavam por fundar. Na América do Norte as nações indígenas foram tratadas como soberanas, sendo forçadas a cederem seus territórios por meios de acordos, tratados ou – em última instância – à força, tendo sempre que ceder ao

avanço dos colonizadores sobre seus territórios (PRADO JUNIOR, 2000). Ribeiro (2010, p. 63-6) desenvolve argumentação semelhante a Prado Junior, porém insere como agravante o impacto altamente catastrófico ocasionado pela influência jesuíta na tentativa de promover a assimilação do nativo brasileiro. Temos então que a questão da multiculturalidade e da miscigenação coloca o pensamento social brasileiro diante de desafios inéditos para a sociologia de tradição europeia que aqui se instalava.

3 AS DUAS ESCOLAS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Feita a reflexão inicial sobre a complexidade do fator étnico-racial gestado durante o período colonial, podemos voltar a concentrar as análises no período histórico inicialmente proposto. Começemos então por destacar as principais diferenças entre as duas principais escolas da sociologia nacional. Tavolaro (2005, p.5-6) observa ter havido uma forte retomada da problemática da modernidade brasileira por parte da academia nos últimos vinte anos, evidenciada pelo aumento dos debates sobre as duas principais correntes de interpretação sociológica do Brasil: a chamada *sociologia da dependência*, cujos expoentes são Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, e a *sociologia da herança patriarcal-patrimonial*, derivada dos estudos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto da Matta. Tavolaro destaca que a primeira corrente tem forte influência do pensamento marxiano, ao priorizar o fator econômico da sociedade, enquanto a segunda é de inspiração weberiana, posto que toma o componente cultural da elite política como eixo de análise.

Sérgio Tavolaro também chama atenção para a tonalidade essencialista de ambas as correntes, pois enquanto a primeira defende que certa dependência econômica e estrutural sempre foi obstáculo à integração do Brasil ao clube dos países modernos e centrais, a segunda afirma existir uma divergência cultural, normativa e simbólica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (TAVOLARO, 2005, p.6). De outro lado, Souza (2000) defende que os pensadores que se basearam na corrente da herança patriarcal foram responsáveis pela criação do que ele chama de uma “teoria da inautenticidade”, pois concluíram que a modernização brasileira foi “[...] para inglês ver. Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidérmico e pouco profundo, é precisamente o fundamento do que viemos chamando nesse livro de nossa sociologia da inautenticidade”

(SOUZA, 2000, p.236). Para o autor, a teoria da inautenticidade estaria sugerindo, em última instância, que o Brasil teria fracassado em incorporar os valores burgueses da Europa não ibérica. Tavolaro rebate tal argumentação mostrando que a sociologia da dependência poderia igualmente ser considerada uma teoria da inautenticidade, já que haveria entre seus autores

[...] uma notável resistência em equiparar a sociedade brasileira contemporânea e as chamadas “sociedades modernas centrais”. Reproduzem, ainda que a partir de um ponto de vista bastante diferente, aquela mesma imagem de “desvio” projetada pelos sociólogos da herança patrimonial-patriarcal. (TAVOLARO, 2005, p. 7)

Dessa forma, Tavolaro passa a fazer extensa contraposição entre as interpretações formuladas por autores das duas tradições, demonstrando que ambas acabam por merecer o rótulo de teoria da inautenticidade. Propõe então o desafio de se pensar a modernização brasileira como um processo *multifacetado*. O autor finaliza propondo que não somos “receptores” passivos de concepções de mundo modernas e que devemos abandonar noções essencializantes da constituição social (TAVOLARO, 2005, p.17). E é dentro desse espírito que procuraremos demonstrar o diferencial do pensamento de Florestan Fernandes, que problematiza com muita originalidade a questão do negro no processo de modernização nacional.

Um dos pontos onde tal originalidade é demonstrada de maneira consistente é quando Florestan destaca o papel da influência provocada pela introdução do imigrante europeu e seu *capital social* na nascente sociedade de classes que aqui se instalava, como já abordamos acima. Por sua vez, a interpretação proposta por Freyre em *Sobrados e Mocambos*, da forma como nos apresenta Souza (2000), defende que o elemento negro teria predominado nas posições tecnocratas no início da República, com participação dentro do próprio patriciado estatal ou então como funcionários e empregados dos setores intermediários, suprindo a carência inicial de mão-de-obra para cumprir as tarefas burocráticas que davam suporte ao nascente processo de modernização. Embora a história registre proeminentes personalidades negras na sociedade *pós* e até mesmo na *pré*-escravocrata, tais exemplos parecem mais ilustrar as exceções do que sugerir uma regra, como pretendia Freyre. Talvez por estar pensando a modernização do Brasil a partir do Nordeste, Freyre não insere o imigrante europeu no conjunto de suas análises, ou se o faz, lhe atribui papel bem menos importante do que aquele defendido por Florestan, conforme passaremos a apresentar.

4 PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO NEGRO ORGANIZADO NO BRASIL

A luta travada pelo negro em busca de espaço no debate público é antiga, mas apenas recentemente começou a ser analisada e recontada com a devida profundidade. Santos (2009) faz um levantamento conciso e ao mesmo tempo rico em referências históricas sobre a saga do negro brasileiro em busca de seu proporcional espaço na esfera pública. Ao longo da história, importantes episódios de luta por ampliação de direitos foram protagonizados pelos negros, apesar de terem sido retratados por muito tempo sem a devida ênfase – principalmente nos livros didáticos de história –, como a Guerra dos Palmares (1690), a Revolta do Malês (1837) e Revolta da Chibata (1910), para ficar só com os mais conhecidos (SANTOS, 2009, p.72-3). A relevância destes episódios não fica circunscrita apenas ao papel emblemático que ocupam na história da luta pela emancipação do negro – seus protagonistas – mas pela consequente evolução democrática que proporcionaram, afetando positivamente todo o contexto político-social brasileiro. No séc. XX o negro começa a ocupar seu espaço na esfera pública de maneira mais dialógica, por meio da organização de movimentos sociais e mesmo dentro da imprensa alternativa. O *Jornal Menelick*, fundado em 1916, teria sido um dos primeiros veículos produzidos pela nascente intelectualidade negra (SANTOS, 2009, p.52). Em 1931 surgiria a Frente Negra Brasileira, que chegou a contar com mais de 20 mil associados em todo o Brasil, buscando formar um novo conceito de cidadania entre os negros do país. A Frente Negra foi o mais forte movimento de questionamento das relações raciais brasileiras surgido até então, e via no desenvolvimento educacional, artístico e cultural a chave para a emancipação do negro.

Fortalecia-se assim a luta do negro por protagonismo no espaço público, o que provocou imediata retaliação da elite branca do país. A Frente transformou-se em partido em 1936, sendo fechado no ano seguinte por força do início do Estado Novo de Vargas. Até então, nenhuma lei específica havia sido criada para diminuir as já conhecidas diferenças sociais entre negros e brancos. A ideia de que no Brasil existia uma real democracia racial – fundamentada nos trabalhos de Gilberto Freyre em meados de 1930 e, mais tarde, em 1964, contestada por Florestan Fernandes – dificultou sobremaneira o diálogo sobre as desigualdades raciais no país. Governo e grande parte da intelectualidade defendiam que a mestiçagem seria a maior prova de existência de uma real democracia racial.

Em sua expressão social, a ideologia da mestiçagem é aristocrática, romantiza as desigualdades, banalizando-a. [...] Para que se torne uma questão moral, a igualdade racial precisa ser politicamente construída e individualmente internalizada como um valor, o que simplesmente não se deu na história brasileira. A justiça social não é um bem natural, é um valor político que determinada sociedade pode construir – ou não. (COSTA, 2002, p. 139)

O governo do Estado Novo (1937-1945) esforçou-se para consolidar a ideia de que no Brasil reinava um regime democrático que era capaz de promover a emancipação de qualquer cidadão, independente de suas peculiaridades culturais e, sobretudo, étnicas-raciais. Nesse esforço, a característica de raça ou cor deixou de ser aferida durante os censos realizados durante o Estado Novo (SANTOS, 2009, p. 51-4). A incorporação legal do conceito de igualdade universal parecia bastar para a solução dos problemas sociais e econômicos de todos os indivíduos. Para ajudar a compreender a complexidade dos impactos causados por essas iniciativas, parece ser interessante nesse momento percorrer, embora de forma bem sintética, algumas das colaborações de Florestan Fernandes para a ampliação das formas interpretativas da sociedade brasileira daquela época.

5 O NEGRO E A SOCIEDADE DE CLASSE

A densa análise sobre a ascensão e queda do movimento negro brasileiro do início do século XX apresentada por Florestan Fernandes no primeiro capítulo do segundo volume de seu *A integração do negro na sociedade de classes*, publicado pela primeira vez em 1964, traz o diferencial de pensar o movimento negro brasileiro da década de 1930 a partir do próprio discurso da militância negra produzido pela pequena, porém combativa intelectualidade negra da época. Baseado principalmente em artigos de jornais e revistas *paulistas* ligados ao movimento negro, articulados principalmente em torno da Frente Negra Brasileira (FNB), Florestan descreve um momento histórico-social onde o negro tenta fazer-se protagonista de sua própria história, um negro militante ativo, embora sem grande capacidade de articulação e mobilização. O negro lutou da melhor forma que pôde e dentro dos limites da legalidade (ou seja, buscando *uma revolução dentro da ordem*), já que não buscava interromper o processo liberal de modernização, exigindo apenas sua inclusão *efetiva* no sistema político-social que se firmava na República. Revela-se assim o forte espírito republicano do movimento negro daquele período. Suas lideranças exigiam “[...] a concretização e a plena vigência dos princípios

e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida” (FERNANDES, 1978, p.11), buscando assim a instauração e consolidação do estilo democrático de vida para todos. Este sentimento republicano permitiu com que o movimento negro ganhasse força com as inquietações daquele momento de *crise do sistema oligárquico*, que culminaram com a revolução de 1930.

De acordo com Florestan, foi nesse período que se começou a processar uma profunda transformação dos fatores identitários do negro brasileiro rumo à formação de uma classe negra. Para tanto, o primeiro desafio foi destituir o termo 'negro' de qualquer sentido pejorativo, enquanto designação racial.

Compreendeu-se que ser chamado e designar-se como “negro” nada possuía de “pejorativo”; e que, ao invés, degradante seria aceitar ou estimular as ambiguidades ocultas atrás de designações correntes, como “preto”, “homem de cor”, “pessoa morena”, etc... Logo se chega a uma auto-identificação que atribuía ao termo “negro” um sentido inclusivo e dignificante. (FERNANDES, 1978, p.105)

A luta contra o racismo era então uma das bandeiras prioritárias da FNB, e a opção por travar a luta por inclusão na sociedade de classe em torno desse eixo tem um significado muito importante, pois como aponta Ianni “[...] o preconceito racial é uma técnica de dominação, por meio da qual se subordinam amplos setores da sociedade. [...] Esta é a realidade: a raça e a classe são construídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais” (IANNI, 2004, p.147).

Temos então que, ao lado da luta contra a discriminação racial, o outro grande desafio que a FNB tinha pela frente era, conforme destaca Fernandes, promover a consolidação do negro enquanto classe, pois só assim seria capaz de inserir-se no sistema liberal vigente e com plena capacidade de competir igualmente com o branco. No entanto, o caráter altamente republicano desse importante movimento social que começava a tomar contorno, pautado pela reivindicação pacífica e dialógica, talvez possa ter sido um dos fatores limitadores de sua capacidade de conquista de direitos efetivos. Como destaca Florestan, o movimento negro daquela época “concebia, embora confusamente, que a luta por sua integração à estrutura de poder da sociedade devia processar-se segundo modelos democráticos.” (FERNANDES, 1978, p.105). Não foram só os negros que optaram por adotar tal estratégia de luta, pois os próprios protestos dos operários de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 30 daquele século “não

pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados na ação pelo sonho de uma sociedade igualitária” (FAUSTO, 2003, p.300). Vemos também que o clima de insatisfação daquela sociedade que iniciava sua modernização foi profundamente influenciado pelas ideologias trabalhistas, fascistas, comunistas etc. trazidas pelos imigrantes europeus. Impunha-se ao negro o desafio de fortalecer-se identitariamente enquanto elemento étnico tão legítimo socialmente quanto o elemento branco, pois só assim poderiam buscar a inserção do negro no sistema de classes. Neste processo, a afirmação étnica-racial do negro era prioritária, como aponta Fernandes:

É que, para “ser classe”, ou seja, para diluir-se nos diferentes estratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmar-se na cena histórica como “raça”. Havia um elemento específico que impedia, no seu caso, que a transição se desse de forma imediata – e esse elemento foi identificado como “a barreira da cor”. O “branco” da plebe, mesmo do setor dependente, podia efetuar essa transição amparando-se na “ideologia oficial”, que era a ideologia das camadas dominantes. (FERNANDES, 1978, p.103-4)

Por “barreira de cor” compreende-se as dificuldades impostas pela discriminação racial praticada aberta ou dissimuladamente pelos brancos. Para vencer essa barreira, a batalha deveria ser travada no plano ideológico, permitindo que o próprio negro desconstruísse os mitos e preconceitos contra a negritude, moldados ao longo dos séculos de escravidão, e ao mesmo tempo oferecesse novas interpretações, agora de uma forma mais adequada ao estilo democrático da sociedade que pretendiam construir. “Os conteúdos e a orientação da 'ideologia negra' prendem-se, assim, estrutural e dinamicamente ao papel histórico que ela devia preencher, como contra-ideologia de desmascaramento racial” (FERNANDES, 1978, p. 102). Dessa forma, o negro “[...] não retoma a ideologia do abolicionismo, construída pelos 'brancos' e para os 'brancos'. Elabora ele mesmo os seus mitos, avaliações e aspirações sociais, tentando dar à segunda Abolição o conteúdo de uma afirmação do 'negro' para o 'negro' dentro da ordem social estabelecida” (FERNANDES, 1978, p.103).

A forma de análise proposta por Florestan Fernandes acerca da ascensão e queda o movimento social negro no início do século XX revela o vanguardismo e o grau de maturidade e autonomia alcançado pela Sociologia brasileira já na segunda metade daquele mesmo século. Ao estudar o movimento negro pelo viés identitário, levando em conta toda a carga simbólica

presente nas vozes de seus próprios protagonistas, Florestan talvez tenha realizado uma das primeiras análises sobre o movimento negro alinhada com a corrente sociológica que ficaria conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois como aponta Scherer-Warren,

As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de teorias dos novos movimentos sociais, tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.). (SCHERER-WARREN, 2010, p.19)

Ao cruzar habilidosamente as teorias classistas com teorias próprias da tradição culturalista, Florestan Fernandes indica claramente um caminho possível para se chegar a uma interpretação consistente da intrincada natureza da sociedade brasileira. Além disso, ao reconstruir o cenário de luta do negro a partir das vozes de seus próprios sujeitos, enfocando o aspecto identitário e ideológico presente principalmente no discurso da FNB e de suas lideranças, o autor compõe um estudo de traços marcadamente pós-coloniais, pois como analisa Scherer-Warren,

Os estudos pós-coloniais ou do pós-colonialismo, em certa medida, incorporam legados das teorias de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas; das teorias culturalistas, no que diz respeito às múltiplas formas de opressão e discriminação simbólica em relação aos segmentos sociais colonizados; e da respectiva exclusão e/ou subalternidade destes segmentos no plano do fazer político, no cotidiano societário e nas instituições. Portanto, cabe buscar as contribuições que os estudos pós-coloniais incorporam, ainda que criticamente, das teorias anteriores das ações coletivas e dos movimentos sociais, que se construíram sob a égide dos referenciais teóricos da modernidade e da pós-modernidade. Assim, será possível analisar o que trouxeram de novidade para pensar a subalternidade de sujeitos sociais na América Latina e de que forma podem contribuir para a reflexão sobre as novas formas de inclusão social no Brasil e na América Latina num sentido mais amplo. (SCHERER-WARREN, 2010, p.20)

As ações empreendidas pelo movimento negro daquela época teve impacto significativo no processo de democratização do país como um todo, já que ao fim de suas investigações, Florestan conclui que, a despeito da dissolução total do movimento negro com a instauração do Estado Novo, as ações promovidas pela FNB – que chegara a reunir 200 mil associados – frutificaram em avanços importantes não somente nos planos identitário e simbólico, mas também nos planos jurídico e social, sob a forma de revogação de algumas das

antigas leis que constringiam o negro, e a criação de outras, que o resguardavam. Naquele período, pela primeira vez na história do país, era o negro quem categorizava novas noções, como a de “preconceito de cor”, enquanto ressignificava outras, como a do orgulho de ser negro. O movimento modificou o vocabulário e definiu certas etiquetas que não só perduraram como foram chave para a retomada do movimento na década de 1970. As conquistas no plano simbólico não foram poucas e ajudaram a compor a imagem de um negro mais consciente de seu papel enquanto ator social, munido de coragem suficiente para exigir respeito por parte do branco, o que significa exigir civilidade e senso democrático do agressor. A cada ataque racista, o negro – enquanto categoria étnica – passava agora a se fortalecer, forçando que a sociedade toda desse um passo a frente rumo à consolidação de uma democracia realmente inclusiva e igualitária, processo que continua em operação até os dias atuais, da mesma forma que permanecem os desafios impostos ao pensamento social nacional para a compreensão da dinâmica e da singularidade de tais processos.

Esperamos ter atingido o objetivo exposto no início deste estudo, embora reconheçamos que uma investigação mais ampla deve ser empreendida se quisermos descobrir até que ponto Florestan Fernandes pode ser considerado um dos pioneiros dos estudos de características pós-coloniais no país. Temos plena consciência de que o pequeno exemplo do método investigativo de Florestan Fernandes que aqui analisamos não é suficiente para embasar uma afirmação categórica nesse sentido, porém pensamos ser o bastante para estimular, quem sabe, investigações mais amplas sobre a riqueza e originalidade que tão frequentemente se manifestam nas produções intelectuais da sociologia brasileira.

REFERÊNCIAS

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**: no limiar de uma nova era. vol 2. São Paulo: Ática, 1978.

_____. A concretização da revolução burguesa. *In*: Florestan Fernandes. **Sociologia**, p. 266-281. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48ª ed., São Paulo: Global Editora, 2003.

GORENDER, Jacob. Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou. Editora SENAC. São Paulo, 2000.

GOSS, Karine Pereira. **Retóricas em disputa**: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. Tese de doutoramento em Sociologia Política do PPGSP-UFSC: Florianópolis, SC, 2008.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

PORTO, Mauro Pereira. Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante. *in* **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, n. 2, p. 41-66. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 9ª reimpressão, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. RJ: Civ. Brasileira, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos, QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Sistema de cotas: um multiculturalismo brasileiro? *Revista Ciência e Cultura*, vol.59, no. 2. p. 41-5. São Paulo-SP, 2007.

SANTOS, Ana E. D. C. dos. Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil. *In* Lüchmann, Lígia H. H.; Sell, Carlos E.; Borga, Julian (Orgs.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento** (p. 115-41). Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2008.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 21, n. 1, p.109-130: Brasília-DF, 2006.

_____. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. **Revista Política & Sociedade**, n. 11., p.19-40. Florianópolis-SC, 2007.

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n.1., p.18-27. São Leopoldo, 2010.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo mapear as principais colaborações do pensamento social brasileiro acerca da luta organizada do negro ao longo da Primeira República, momento em que o povo negro se viu liberto da antiga sociedade de *castas* que o escravizava, mas, no entanto estava fora do projeto da nova sociedade de *classe* que se formava. Daremos destaque à densa e original interpretação proposta por Florestan Fernandes em seu *A integração do negro na sociedade de classes*, elencando os principais fatores que diferenciam essa obra de tudo o que já havia sido escrito sobre o negro até aquela época. Procuraremos demonstrar que não constitui exagero colocar o trabalho de Florestan entre os primeiros estudos de caráter *pós-colonial* sobre a luta pela emancipação do negro brasileiro, uma vez que desenvolve suas análises a partir da dimensão simbólica e psicossocial revelada pelo discurso dos próprios sujeitos do movimento, metodologia que ainda estava em desenvolvimento pela nascente Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Para tanto, nos guiaremos pelos trabalhos de analistas como Octavio Ianni (2004), Jessé Sousa (2000), Sérgio Tavolaro (2005) e Ilse Scherer-Warren (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Movimento negro. Democracia. Pós-colonialismo. Movimentos sociais

THE STRUGGLE OF BRAZILIAN *NEGROS* FOR JUSTICE AND INCLUSION AND THE INTERPRETATIVE CHALLENGES OF SOCIAL THEORIES**ABSTRACT**

The present study aims to map the major contributions of Brazilian social thought about the organized struggle of the *negros* (black people) throughout the First Republic. We will highlight the dense and original interpretation proposed by Florestan Fernandes in his book *A integração do negro na sociedade de classes*, listing the main factors that differentiate this work from all that had been written about the *negros* until that time. We propose that it is possible to consider the work of Florestan one of the firstiest post-colonial studies about the emancipation of the Brazilian *negros*, as he develops its analysis at the point of the symbolic dimension revealed by the discourse of the actors of the *negros'* social movements, methodology that was under development by the nascent New Social Movement Theory. We will be guided by the work of Octavio Ianni (2004), Jesse Sousa (2000), Sergio Tavolaro (2005) and Ilse Scherer-Warren (2010).

KEYWORDS: Black people's movement. Democracy. Post-colonialism. Social movements

Recebido em: 07 set. 2012

Aceito para publicação em: 18 jun. 2013